

PLANO DE TRABALHO 2020
PROGEN UNIDADE I – SATÉLITE ÍRIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1.1. SERVIÇO: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - CENTRO DE CONVIVÊNCIA INCLUSIVO INTERGERACIONAL – CCII

1.2. QUANTIDADE DE GRUPOS SOLICITADOS: 12

1.3. ABRANGÊNCIA: NOROESTE - G3 (SATÉLITE IRIS I E II)

2. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

2.1. NOME DA INSTITUIÇÃO: PROGEN – PROJETO GENTE NOVA

2.2. N° DO CNPJ DA INSTITUIÇÃO: 54.129.002/0001 – 04

2.3 WEBSITE OFICIAL DA INSTITUIÇÃO (OU REDE SOCIAL): www.progen.org.br

3. UNIDADE EXECUTORA

3.1 NOME DA UNIDADE EXECUTORA: PROGEN – PROJETO GENTE NOVA – SATÉLITE IRIS I

3.2 N° DO CNPJ DA INSTITUIÇÃO: 54.129.002/0001 – 04

3.3 ENDEREÇO DA UNIDADE EXECUTORA: Rua Wanda de Castro Mendes, 312 – Cidade Satélite Iris – CEP:13059-686

3.4 TELEFONE DA UNIDADE EXECUTORA: 3229-6138

3.5 EMAIL DA UNIDADE EXECUTORA: progen@progen.org.br

3.6. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE NA UNIDADE EXECUTORA:

O prédio é próprio e possui: 01 sala de atendimento individualizado; 03 salas de atividades coletivas e comunitárias; 01 sala de informática; 01 sala de corte e costura; 01 sala de equipe técnica; 01 sala da coordenação técnica; 01 sala dos educadores e pedagogia; 02 áreas externa para atividades; 01 brinquedoteca; 01 sala de música; 01 quadra poliesportiva coberta com banheiro feminino e masculino; instalações sanitárias com adequada iluminação e acessibilidade 03 banheiros para

funcionários (Feminino e Masculino) com divisões; 04 banheiros para usuários), ventilação, conservação, privacidade e limpeza; 01 cozinha; 01 copa e 01 refeitório.

3.7. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MEIOS DE TRANSPORTE DISPONÍVEIS PARA O SERVIÇO NA UNIDADE EXECUTORA:

- 01 sala de atendimento individualizado, equipada com: mesa, cadeira, ventilador e armário;
- 03 salas de atividades coletivas e comunitárias, equipada com: mesas, cadeiras, armários, televisores, DVD's, equipamentos de som, aparelhos DVD/Bluray, home theater jogos esportivos, jogos pedagógicos, livros, brinquedos, materiais de artesanato, puffs, colchonetes;
- 01 sala de informática, equipadas com: mesas, cadeiras, bancadas, computadores, notebooks, data show, tela de projeção, armários;
- 01 sala de música, equipada com: violões, atabaques, bateria, cajon, agogo, baixo, guitarra, flautas, escaletas e alfaias;
- 01 sala de costura, equipada com: maquinas de overloque, industrial e galoneira;
- 01 sala de equipe técnica, equipadas com: mesas, cadeiras, armários, computadores, telefones, impressoras, livros, materiais de estudo, armário de arquivo/prontuários;
- 01 sala coordenação técnica, equipada com: mesas, cadeiras, impressora, telefone, notebooks, livros, DVD's, materiais de estudo;
- sala dos educadores, equipada com: mesas, cadeiras, armários, computadores, livros, materiais de estudo, pedagógicos e cameras fotograficas
- 02 áreas externa para atividades, equipada com: materiais esportivos, jogos, materiais de meio ambiente.
- 01 brinquedoteca, equipada com: colchonetes, mesa, cadeiras, armários, televisão, jogos, brinquedos, materiais pedagógicos, livros, dvds;
- 01 quadra poliesportiva coberta, equipada com: traves, redes e materiais esportivos, com banheiro feminino e masculino;
- instalações sanitárias com adequada iluminação e acessibilidade (04 banheiros para usuários (Feminino e Masculino) com divisões, equipados com instalações sanitárias adequadas;
- 03 banheiros para funcionários, ventilação, conservação, privacidade e limpeza, equipados com instalações sanitárias adequadas;
- 01 cozinha, equipada com: geladeiras, freezers, fogão, forno, armários, coifa, utensílios de cozinha em geral;
- 01 copa, equipada com: pia e torneiras; mesa,
- 01 refeitório, equipado com: conjuntos de mesas, bebedouro, balcão térmico.

Meios de Transporte: Serviço de Transporte por intermédio de Contratação de Terceiros para uso compartilhado nas demandas das Unidades da Proteção Social Básica da OSC; Reembolso

de KM para os colaboradores que utilizam seus veículos próprios em atividades externas eventuais.

4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA (DIAGNÓSTICO SOCIAL)

4.1 – Histórico da microrregião G3

Na década de 1950, a realidade do Jardim Satélite Íris destoava do plano de desenvolvimento do então presidente Juscelino Kubitschek. Vivia-se o sonho dos 50 anos em 5, e o bairro que integra a atual região do Campo Grande era apenas uma vasta área agrícola, pouco atraente para a população. Chegar até as terras pertencentes aos donos das Indústrias Reunidas Irmãos Spina S/A (cujas iniciais formam o nome ÍRIS), era uma missão ingrata. A região noroeste se limitava ao ponto alto, a terra vermelha e um mar de capitais. No entanto, aos poucos, o plano de desenvolvimento industrial chegou à região.

Com a promissora vinda da britânica Dunlop Pneus, nasceu a Avenida John Boyd Dunlop, em homenagem ao inventor do pneu inflável moderno. A ampliação da via, que se tornou a maior de Campinas, resultou no surgimento de pequenos bairros.

A passos curtos, em 20 anos, a região tornou-se atraente e, na década de 1970, os ingleses da Dunlop venderam a fábrica de pneus para os italianos da Pirelli. Foi nessa época que chegaram os primeiros moradores do Satélite Íris; em sua maioria, gente humilde que deixou o nordeste com uma missão: vencer na vida em Campinas, uma das mais prósperas cidades do estado de São Paulo. Pessoas chegavam ao Satélite Íris, escolhiam um canto e erguiam seus casebres, em um processo de loteamento moroso e bastante irregular. A realidade não era nada agradável. A área erosiva onde se encontra o Satélite Íris I era um chamariz para que a administração municipal a utilizasse para o despejo e a concentração de todo tipo de lixo: doméstico, hospitalar e industrial.

O lixão no Satélite Íris I surgiu em 1972, quando a Prefeitura decidiu utilizar uma área de 42 hectares para depositar resíduos. Por 12 anos os resíduos foram jogados, sem compactação, sem tratamento e a céu aberto, a cobertura só ocorreu em 1986, com uma camada de argila.

Assim, além da completa falta de infraestrutura, os moradores do bairro conviviam com animais, mau cheiro e doenças deflagradas pelo conhecido lixão, que só foi desativado em 1986. Verifica-se que ainda hoje, o solo e as águas contaminadas com substâncias extremamente tóxicas e perigosas são algumas das características oriundas do processo de desenvolvimento do bairro. É

visível e evidente a presença marcante do lixo em todos os arredores do bairro, enquanto integrante cultural desta comunidade.

Neste contexto de inúmeros empecilhos impostos ao desenvolvimento social e econômico desta comunidade, o PROGEN em parceria com o CRAS Satélite Íris, por meio do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, do Governo Federal, inaugura-se em agosto 2005 a Unidade II localizado no bairro Satélite Íris I, onde estendeu suas ações devido situações de vulnerabilidade marcantes do território tais como: crianças e adolescentes em casa realizando afazeres domésticos e/ou cuidando de irmãos mais novos, ausência de equipamentos públicos entre outros os quais serão melhor detalhados no decorrer deste diagnóstico. É neste contexto social e urbano que acreditamos que se faz necessário e importante a presença de equipamentos que desenvolvem a Proteção Social Básica, para o atendimento às famílias, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e comunidade, por meio de trabalho socioeducativo incentivando o protagonismo, possibilitando que reescrevam sua história de vida. Segundo MIOTO, o trabalho nessas situações tem um caráter prioritariamente preventivo, à medida que o seu objetivo é dar sustentabilidade ao processo de reorganização das famílias (Mioto, 2000:223).

4.2 – Diagnóstico Socioterritorial e Perfil do Público Atendido

Através de pesquisas desenvolvidas e publicadas em relatórios e boletins pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal da Assistência, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (Relatório de Informações Sociais – RIS 2016), IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CENSO 2010), FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Diagnóstico SocioTerritorial – Edição 2017), SISNOV – Sistema de Notificação de Violência (Boletim SISNOV N° 12) e do PROGEN – Satélite Íris (Perfil do Público Atendido), apresentaremos o diagnóstico socioterritorial da microrregião G 3, composta pelos bairros: Satélite Íris I e II, São Judas Tadeu, Jardim Uruguai e Jardim Ouro Preto.

Conforme dados do IBGE, a Macrorregião Noroeste, possuía, nesse período, 137.786 habitantes, ou seja, 13% da população total de Campinas. Dentro da abrangência de atuação do Progen - Satélite Íris, estima-se uma população de 81.557 pessoas, representando 59,2% desta macro região Noroeste. O Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Campinas

(PNUD) apresentou em 2015, dados do bairro Satélite Íris, considerado juntamente com outras 12 localidades como o pior Índice (de 0,717) de Desenvolvimento Humano do município de Campinas.

A partir da análise no índice de UDH - Unidade de Desenvolvimento Humano, comparado a toda extensão do Município de Campinas, ainda segundo o Atlas, o micro território do Satélite Íris, que aglutina um ou mais bairros, apresentou as piores taxas observadas, nos quesitos: expectativa de vida ao nascer, dimensão de renda, renda domiciliar per capita, crianças extremamente pobres, crianças vulneráveis à pobreza, a renda domiciliar per capita média dos extremamente pobres, jovens de 18 anos empregados sem carteira, jovens de 18 anos desocupados, inseridos na educação e expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade.

É possível identificar na Microrregião G3 alguns dificultadores que potencializam as situações de vulnerabilidades e riscos, tanto pessoais, quanto sociais, como: infraestrutura e saneamento básico, insuficiência/ausência de equipamentos públicos (Esporte e Lazer, Cultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, entre outros), desemprego, baixa renda, escolaridade, condições de moradia, violações de direitos, etc.

Quanto à infraestrutura e saneamento básico, em 2016, passou por um processo de pavimentação e sinalização em 84% do bairro Satélite Iris I, totalizando 22 km de asfalto, possibilitando, assim, o acesso a rede de água e esgoto para aproximadamente 15 mil habitantes. (Fonte: Prefeitura de Campinas, 25/01/2019). Porém, é importante ressaltar que ainda existem ruas parcialmente ou sem asfalto, sem saneamento básico e a coleta de lixo é semanal, não regular e não é realizada em todas as ruas/vielas do bairro.

Outra questão enfrentada pelos moradores desta comunidade são as constantes queimadas. Causadas pela necessidade de eliminar animais peçonhentos que se proliferam pelo acúmulo de lixo, falta de saneamento básico e falta de manutenção dos terrenos públicos. A queimada passa a ser um recurso de sobrevivência neste território visto que é a forma mais rápida e de menor custo para os moradores.

As residências são construídas em cima de sacos de lixos empilhados e animais são criados e pastam em áreas contaminadas. As ocupações em áreas públicas e áreas verdes ainda ocorrem de forma desordenada no território pela irregularidade fundiária, autoconstrução e planejamento de ocupação inadequado.

Tal realidade é possível ser identificada na população atendida pelo SCFV – CCII, do PROGEN – Satélite Íris, a qual 91% declararam residir em casas de alvenaria, 5% residem em casa de madeira, 3% moram em barraco e 1% que informou residir em apartamento. Destaca – se que as casas de alvenaria, em sua maioria, encontram-se inacabadas, com pouca ventilação, são domicílios pequenos com dois ou três cômodos, gerando grande densidade domiciliar, devido ao número de integrantes das famílias, pois parte das famílias, ou seja, 24%, são compostas por 5 ou mais pessoas; ou seja, mais numerosas. Em seguida, as famílias compostas por 3 integrante representar 22%, as quais podemos considerar uma constituição composta por responsável do sexo feminino, e/ou companheiro (seja ele genitor ou padrasto), ou dois filhos. Porém, sabemos também que muitas famílias são gerenciadas pelos avós.

As famílias com 4 indivíduos, totalizam-se 20%; seguida das famílias com 2 indivíduos, sendo representadas por 19% e que pode-se trabalhar com a hipótese de serem domicílios em que residem apenas o casal de idoso. Tem-se, ainda, as famílias com 1 morador no domicílio e que equivalem a 15%.

Por serem famílias em sua maioria, muito populosas, um ponto de atenção uma vez que as condições de moradia não são favoráveis a essa composição, em virtude da quantidade de cômodos destes locais que oscilam entre 2 a 4 cômodos; gerando a densidade domiciliar, ou seja, grande número de pessoas residindo em um pequeno espaço. Estas situações potencializam as violações e condição de vulnerabilidades já analisados nos gráficos apresentados anteriormente. Além de não permitir um direito primordial, a privacidade de cada indivíduo.

A Macrozona Noroeste representa 70% dos usuários do Transporte Público Municipal, porém, quando limitamos para a microrregião G3, esse acesso fica muito restrito; uma vez que a oferta de linhas de ônibus no bairro é mínima – possuindo somente 1 linha. Situação, essa, que dificulta, ainda mais, o direito dessa população em se locomover e acessar outros espaços da cidade que residem, seja pela busca de emprego, lazer, cultura, e afins.

Em se tratando de abordagem intergeracional, o apoio às demandas da população é essencial. Há necessidade da presença de equipamentos das políticas públicas que promovam a qualidade de vida, bem-estar, convivência, saúde, educação, segurança, lazer, esporte e cultura, o que não acontece na Microrregião Noroeste G3.

Segundo dados apresentados pelo Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas (RIS) de 2016 as opções de esporte, lazer e cultura encontradas pelos habitantes da Microrregião Noroeste G3 também são escassas ou irregulares. Espaços de esporte, há somente a existência de um espaço, denominado “Arena Satélite”. Outros espaços, como praças e campos, foram construídos pelos próprios moradores. O único espaço, mais próximo, de lazer e cultura, é do “CEU FLORENCE”, localizado fora de abrangência da microrregião G3. É importante pontuar que por não haver locais arborizados, muitos moradores, incluindo participantes da OSC, vão ao espaço do Cemitério Parque das Flores para brincar e fazer exercícios físicos. O número desses espaços é muito discrepante em relação às demais Microrregiões, tanto àquelas localizadas na região Noroeste, sobretudo as que estão situadas mais próximas ao centro. Ou seja, o acesso a equipamentos e espaços de esporte, cultura e lazer é quase inexistente para essa população.

Quanto a Política de Saúde, a quantidade de equipamentos na microrregião G3 é insuficiente considerando as demandas apresentadas pela população. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Macrozona Noroeste possui 24 unidades de saúde distribuídas ao longo do território em diversas modalidades. Porém, na Microrregião Noroeste G3 são 02 unidades de referência, mas apenas 01 destas unidades está presente no território, que é o Centro de Saúde Satélite Íris. Segundo dados do Tabnet - DataSUS foram atendidas no ano de 2017, 5.195 pessoas no CS Satélite Íris, prevalecendo o público feminino em maior número, com idades de 05 anos até 34 anos. A outra unidade que atende o território é o Centro de Saúde Ipaussurama que apesar de ficar 2,2 km de distância, é totalmente fora de mão para os moradores acessarem, pois não há linhas de ônibus direto e muitos acabam indo à pé debaixo de sol e chuva, levando mais de 1 hora de caminhada. Uma situação bastante relatada pelos usuários do SCFV - 06 a 14 e suas famílias é a ausência de médicos especialistas nas unidades básicas de saúde e a demora para realização de exames. Mesmo a Microrregião Noroeste possui 3 CAPS, as equipes de saúde mental dos Centros de Saúde, também são insuficientes, considerando o número de habitantes do microterritório e as demandas específicas que vêm se apresentando, como depressão e casos de tentativas de suicídios. Observando os dados do Boletim SISNOV Nº 12/2017, houve um aumento considerável de notificações relacionadas à tentativas de suicídios se comparado aos anos anteriores, totalizando 352 notificações em 2017, enquanto 2013, houve 77.

Quanto a Educação, a Microrregião Noroeste é pouco abastecida de unidades públicas, pois apresenta o menor número de unidades de educação da rede estadual e o terceiro menor da rede

municipal. Segundo o Relatório de Informações Sociais 2016 e a Secretaria Municipal da Educação, esta Macrorregião conta ao todo com 60 unidades da rede pública de ensino, sendo 19 unidades da rede pública estadual e 41 unidades da rede pública municipal. Contudo, as unidades que atendem aos jovens, adultos e idosos são: 03 EMEF/EJA (Escolas Municipais de Educação Fundamental/Educação de Jovens e Adultos). Educação Fundamental e Médio - 3 unidades (EE Professora Rosina Frazatto dos Santos, EE São Judas Tadeu e EE Ouro Preto). Ainda temos um número considerável de crianças, adolescentes e jovens encaminhados para escolas dos bairros adjacentes da microrregião G3.

Tal realidade é possível ser observada e constatada a partir dos dados referentes ao Perfil do público atendido no Centro de Convivência Inclusivo Intergeracional - CCII: E.E. São Judas Tadeu e E. E. Ouro Preto, porém, alguns acessam a educação nas escolas localizadas em outros bairros, como: E.E. Elvira Pardo Meo Muraro, E. E. Jd. Rossin.

Quanto a Política de Assistência Social, a PNAS/ 2004 (pág.33) define que se podem prevenir vulnerabilidades e riscos por meio do desenvolvimento e aquisições de potencialidades, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através dos serviços, projetos e programas que atuam na Proteção Social Básica, cujo público-alvo constitui-se por indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

No que diz respeito à situação de posse do imóvel é possível observar que 52% das famílias atendidas declaram possuir imóvel próprio quitado. Seguido de 17% que declaram viver em área de ocupação; ainda temos 16% residir em imóvel cedido; 14% que declaram residir em casa alugada e apenas 1% em casa própria COHAB/CDHU. Apesar do projeto do governo federal “Minha Casa Minha Vida” e da expansão imobiliária na região noroeste de Campinas, cabe salientar que a situação do imóvel apresentada no gráfico foi declarada pelas famílias, podendo portanto, significar que a situação imobiliária como própria quitada não seja proprietária do imóvel de fato, visto que o bairro Satélite Íris em sua maioria é constituído de áreas de ocupação que ainda não foram regularizadas pelo município. Logo, algumas famílias compram os imóveis em área de ocupação e se consideram proprietárias legítimas do imóvel.

Observa-se que 31% declaram estarem desempregados, seguidas de mulheres 25% que declaram ser “do lar” e não desenvolvem atividades fora do domicílio. Como hipótese para as duas situações vale considerar que se constatou o baixo grau de escolaridade dos usuários atendidos, o que influenciam na baixa qualificação profissional, fator este que está profundamente ligado a garantia de renda, sendo esse o fator fundante para emergência das mais variadas questões sociais, podendo desencadear situações que comprometam a saúde da população, aumentando também a probabilidade de desenvolvimento de quadros de alcoolismo, envolvimento com substâncias psicoativas e por vezes envolvimento com o tráfico. Ainda temos 17% declaram inserção no mercado informal – sem registro – na tentativa de garantir o sustento familiar. Não podemos deixar de considerar que alguns locais de trabalho apresentam risco à saúde e segurança do trabalhador, seja pela falta de infraestrutura ou pela falta de equipamentos de proteção individual. Ainda temos 10% declaram serem aposentados, e apenas 8% da população declaram estarem inseridos no mercado formal, registrados de acordo com a CLT; 7% são trabalhadores autônomos e 2% recebem auxílio doença.

Portanto, através dos dados apresentados, podemos constatar que a baixa escolaridade está hipoteticamente ligado ao resultado de apenas 8% da população atendida estar inserida no mercado formal de trabalho. Através desse dado podemos ter dimensão das consequências nas quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que estão expostos, necessitando de atenção e foco para trabalhos de prevenção e fortalecimento de vínculos.

Porta de entrada no serviço

A Microrregião Noroeste G3 possui apenas o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Satélite Íris que abrange um total de 9.607 habitantes, entre estes números 1772 estão na faixa etária entre 0 a 6 anos, 2.451 na faixa etária entre 7 a 15 anos, entre a faixa etária de 16 a 24 um total de 1610, na faixa etária de 25 a 34 anos um total de 1405, entre 35 a 49 o número de 1607, entre a faixa e 50 a 64 o total de 572 atendidos e maior de 65 anos 1190 pessoas evidenciando a grande demanda por atendimento do Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional - CCII.

Um grande desafio para este micro território é o empoderamento da população através da propagação dos direitos e das portas de acesso para as políticas públicas que podem promover melhoria na qualidade de vida dos mesmos. Existem equipamentos dentro do bairro que fazem parte

da política de assistência social, ainda temos algumas barreiras existentes para que a população acesse de forma efetiva alguns destes equipamentos, como por exemplo o CRAS. Uma das explicações possíveis para o não acesso é a distância onde o CRAS se localiza, pois apesar de estar no bairro Satélite Íris I, está instalado na extremidade do mesmo, com a distância média percorrida de 1,5 km cerca de 23 á 26 minutos a pé. Aproveitamos para discorrer que o Centro de Saúde se encontra em condição similar ao CRAS, e, além de estar em outra extremidade do bairro é necessário enfrentar uma grande subida muito íngreme pela rua principal do bairro para acessá-lo. Um trajeto de 15 minutos a pé com cerca de 1,1 km de distância.

Observa-se que 71% das famílias que procuram o Centro de Convivência Inclusivo e Intergeneracional o fazem de forma espontânea, muitas vezes acreditando que o PROGEN é um equipamento público e não uma OSC. Esta percepção é corroborada pela escuta em alguns atendimentos com famílias que demonstram ter esta compreensão por causa da similaridade das funções profissionais e propostas de atuação tanto do CRAS quanto do PROGEN, sendo elas: Assistente Social, Psicólogo, Coordenadores, Oficinas e etc. Vale ressaltar que uma somatória equivalente a 28% é a somatória dos encaminhamentos socioassistenciais, CRAS/DAS e demais políticas públicas e apenas 1% por busca ativa.

É fundamental salientar que o CRAS é a “porta de entrada” oficial e principal para as políticas de assistência social e que é este serviço que funciona no conceito de “porta aberta” podendo acolher as demandas da população. Percebemos que estas barreiras geográficas e estratégicas acabam por favorecer o acesso da população ao PROGEN que constantemente precisa orientar a população sobre a importância de se dirigirem ao CRAS para resolução e encaminhamento de determinadas demandas. Frequentemente em atendimentos com a população constatamos o desconhecimento da mesma com relação ao CRAS, muitas vezes se referindo ao equipamento como “Caixa d’água” por este equipamento estar próximo ao reservatório da SANASA.

A questão não é apenas de terminologia, mas principalmente de vinculação com os técnicos de referência, dificuldade que é potencializada pela distância do equipamento. Assim, o PROGEN unidade II está consolidado como referência não apenas para os usuários da instituição, pois sua influência tem transbordado para a população do território como um todo. Esta influência também é percebida quando observamos a preservação do espaço da instituição mesmo em um contexto que favorece infelizmente o descaso com os patrimônios comunitários. Como hipótese para

compreender esta condição está o constante trabalho de apropriação do espaço e significação do mesmo orientado para a população, fato este promovido desde os objetivos da instituição, perpassando pelas estratégias específicas e desembocando em nosso fazer cotidiano. Este processo de conscientização da população também é um processo necessário para o empoderamento da mesma, papel este que temos exercido dentro desta comunidade.

Renda Familiar, Programas de transferência de renda e benefícios.

A renda familiar é determinada pela renda de todos que moram na mesma residência. Nota-se que 53% das famílias atendidas declararam a renda mensal de até 1 salário mínimo, seguidas de 30% daquelas com renda familiar mensal até 2 salários mínimos. Um total de 7% dos atendidos declararam possuir a renda até 3 salários mínimos. Ainda temos 6% que declaram não possuir renda para manter o sustento familiar. Temos 3% renda familiar de 3 e 4 salários mínimos. Apenas 1% possuem renda de 4 ou mais salários mínimos. Sendo a renda alcançada através do desenvolvimento de atividades informais complementada pelo acesso a benefícios através de Programas de Transferência de Renda, como Bolsa Família.

Vale ressaltar que o Programa de transferência de renda Bolsa Família tem papel fundamental para provisão dos mínimos sociais desse território, onde 49% da população atendida é beneficiária do programa acima mencionado. Existem também 13% que recebem o Benefício VIVA LEITE, seguido de 10% que recebem o benefício do reaproveitamento alimentar, projeto desenvolvido pelo ISA/CEASA, onde o PROGEN – Satélite Íris I possui uma parceria, a fim de ofertar acolhida e acompanhamento das famílias atendidas e a disposição do espaço da OSC. Temos 9% famílias que são beneficiárias do Programa Nutrir, 4% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), 1% foram incluídos no baixa renda da CPLF.

Essa renda é capaz de inferir que as necessidades básicas como alimentação, vestuário, transporte e bem como a qualidade de vida, que estão diretamente relacionadas com a renda familiar e que são essenciais para o bem-estar das famílias, e garantia dos mínimos sociais, encontram-se prejudicadas, agravado pelo fato de algumas famílias serem numerosas.

Existem situações que precisam ser pontuadas nesta análise, sendo elas: O total de 14% correspondem às famílias que não recebem nenhum tipo de benefício, não estão incluídas em programas de transferência de renda, por ter a renda mensal per capita superior ao valor estipulado

pelos programas sociais de transferência de renda, ou ainda por terem descumprimento das condicionalidades estabelecidas pelos benefícios sociais. Outra situação é o desconhecimento por parte da população quanto aos direitos garantidos nas legislações.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, optou-se por recorrer a uma das alternativas já disponíveis para definição da linha de extrema pobreza que é a do Programa Bolsa Família; Portanto, é possível constatar que grande parte das famílias atendidas encontram-se em extrema pobreza. A situação do aumento da taxa de desemprego, aumento da inserção no mercado informal e tantas outras situações que têm contribuído pelo aumento das vulnerabilidades, que vêm se intensificando com em uma análise paralela com a atual conjuntura política e econômica do país.

A Política Nacional da Assistência - PNAS/2004 traz que a Proteção Social Básica, além de possibilitar ações coletivas que propiciam a convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, deve, através dessas ações prevenir situações de risco pessoal e social, além das violações de direitos.

Conforme dados do Boletim SISNOV - Nº 12, o maior número de notificações de violência diz respeito a violência física, seguida da tentativa de suicídio (como pontuado anteriormente), depois a negligência, e também com um número considerável aparecem notificações de violência sexual.

Em síntese, a região possui um número alto de notificações contra vítimas do sexo feminino, a maioria delas crianças, sendo o local de ocorrência que mais aparece nas notificações a própria residência e o motivo mais frequente foi a violência física. Conforme o boletim SISNOV nº12/2017 apresenta uma crescente nos casos de tentativa de suicídio, sendo que, em 2013 houve 77 notificações, já em 2017, 352 notificações. Ainda analisando os dados do SISNOV entre os serviços de saúde que fizeram notificação constam o PA Campo Grande e Hospital Celso Pierro (PUC), ambas localizadas na macrozona Noroeste.

No art. 1º da Constituição de 1988 determina que é dever do Estado garantir a dignidade da pessoa humana, como também no Art. 3º que discorre sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil onde erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais fazem parte do projeto nacional. Assim é um direito de cada cidadão poder se desenvolver de forma plena, provido pelo Estado, de recursos fundamentais para este processo.

Infelizmente o que constatamos na Microrregião G 3 é o oposto do mínimo necessário; o contraste com outras áreas do município de Campinas/SP fica evidente a partir dos dados apresentados e da realidade observada e constatada pela equipe do PROGEN - Satélite Iris e relatada diariamente pelo público atendido no Centro de Convivência Inclusivo Intergeracional - CCII sobre o abandono do poder público um território com mais de 50 anos de história. Outros bairros do município com muito menos tempo de existência já contam com melhores infraestruturas.

5. PUBLICO ALVO: Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos.

6. DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS, DA PERIODICIDADE, DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E DAS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PARA CADA ATIVIDADE A SER EXECUTADA.

Atividade 1	Atividades de busca ativa
Descrição	<p>A busca ativa na Política de Assistência Social é uma estratégia de fazer com que o serviço chegue até as famílias, uma vez que segundo a PNAS (Brasil, 2004, p.40) “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”. Vale destacar que esta é uma ação exclusiva do CRAS, uma vez que este é a porta de entrada para o SCFV no município conforme Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. No caso do Progen Satélite Iris o CRAS de referencia como dito anteriormente é o Satélite Iris. Porém, pelo fato do progen estar localizado no território acaba sendo acessado em várias momentos pela comunidade em busca de suas demandas. No Progen, é desenvolvido todo o trabalho através de estratégias metodológicas, baseadas na Educação não-formal, com práticas que se efetivam através de passos que se complementam, interagem e integram através de atividades socioeducativas. Temos como foco fortalecer os vínculos familiares e comunitários com a ação dos profissionais de diferentes áreas do conhecimento visando a possibilidade do</p>

	<p>desenvolvimento integral da criança, adolescente, jovem, adulto e idoso e seus familiares.</p> <p>Realizando o atendimento/acompanhamento social, psicológico, pedagógico e também de coordenação técnica/geral dos usuários e seus familiares, procuramos fortalecer e potencializar o reconhecimento do usuário como cidadão de direito, propiciar o acesso no SCFV e garantir a vinculação no sistema SIGM viabilizando também o acesso aos serviços, benefícios socioassistenciais, bem como a inclusão e acompanhamento do usuários, nas atividades do Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional, organizados em grupos de até 30 inscritos, participando das atividades de segunda a sexta-feira, período da manhã e tarde, conforme a necessidade do usuário. Como ações de busca ativa podemos destacar: o acompanhamento da frequência e participação das atividades, a articulação com a rede de proteção a fim de garantir aos usuários o acesso aos serviços, benefícios, e sua inclusão no sistema de Cadastro único do município (SIGM). Para a realização da busca ativa, a equipe técnica (assistente social, psicólogo, pedagoga) realiza atendimentos individuais, visita domiciliar, contatos telefônicos, encaminhamento de relatório para o Sistema de Garantia de Direitos dentre outras ações. Vale ressaltar que tais ações são de extrema importância para o trabalho de prevenção as situações de risco e vulnerabilidades.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Manutenção da meta cofinanciada (360 participantes)
Avaliação	<p>Todo processo de avaliação é realizado com a participação dos usuários e famílias. No caso das ações de busca ativa, temos como meio de verificação o cumprimento da meta de atendimento através das listas de presença, participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos nas atividades, participação das famílias no processo de construção e planejamento das atividades, planejamento das equipes, documentos e instrumentais construídos</p>

	ao longo do ano.
Atividade 2	Acolhida individual
Descrição	<p>É imprescindível que os profissionais que atuam no SCFV tenham a compreensão de que os usuários/ participantes que chegam ao serviço usufruem do seu direito à assistência social, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por leis e normativas específicas dessa política pública.</p> <p>De acordo com o Passo 1 das Estratégias Metodológicas do Progen - Aprender a ser e conviver: Realizamos acolhida diária das crianças e adolescentes, sendo esta por toda equipe de profissionais (educadores, equipe técnica, equipe de cozinha e equipe de apoio) ofertando um espaço de garantia de direitos, acolhedor, organizado, bem como oferecemos a alimentação (café da manhã, almoço, café da tarde); roda de conversa com temas do cotidiano, voltados para direitos de cidadania e fortalecimentos de vínculos; atividades dirigidas e lúdicas propiciando o direito do brincar, de conviver, de explorar conhecimentos, utilizando o espaço da OSC e comunidade.</p> <p>A acolhida dos participantes no SCFV - CCII é sempre um momento integrador, criativo e ético, considerando que alguns dos usuários que chegam ao SCFV estão em condição de vulnerabilidade e/ou risco e por esta razão a equipe se mantém atenta para acolher e realizar os encaminhamentos necessários.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Possibilitar às 360 crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias

	educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direito e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.
Avaliação	O processo de avaliação se dá através da participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e suas famílias diariamente através das ações e atividades executadas na OSC. Como meios de verificação contamos com a lista de frequência das atividades, registros em prontuários e relatórios que servem como ferramenta de planejamento de nossas ações.
Atividade 3	Acolhida em grupo
Descrição	<p>Conforme Orientações para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os grupos são formados por até 30 participantes, geralmente, reunidos conforme o seu ciclo de vida, sob a condução do educador social, sendo que possui especificidades e desafios relacionados a cada estágio da vida dos indivíduos.</p> <p>No Progen Satélite Iris , acolhida em grupo acontece diariamente, seguindo o mesmo conceito do Passo 1 das Estratégias Metodológicas do Progen - Aprender a ser e conviver. Nesta ocasião desenvolvemos as rodas de conversas temáticas com assuntos do cotidiano, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, sendo um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro, bem como abordando seus direitos e deveres enquanto cidadãos.</p> <p>A roda de conversa visa possibilitar aos 360 participantes do CCII educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direitos e deveres, conscientizando - se que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.</p>

	<p>Referência:</p> <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: MDS, 2016.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Possibilitar às 360 crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direito e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.
Avaliação	Este processo é realizado diariamente, com a participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias através da escuta e do interesse dos participantes. Como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente, registros em prontuários e relatórios que é uma fonte de recurso para o planejamento desta ação sendo conduzida diariamente pela equipe de educadores, pedagoga, psicólogo e coordenação técnica.
Atividade 4	Estudo social
Descrição	O Estudo Social faz parte do diagnóstico socioeconômico, que é um processo metodológico específico, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional. É um instrumento importante para o trabalho realizado com as famílias, uma vez que através dele conseguimos

	<p>identificar o público prioritário e realizar os encaminhamentos necessários de acordo com a Estratégias Metodológicas.</p> <p>Este processo se dá através da inclusão da família no serviço e com a vinculação desta no SIGM. Os profissionais do Serviço Social e Psicologia são responsáveis por esta ação que também faz parte da acolhida e acompanhamento familiar. Realizamos no momento da inclusão o preenchimento de um formulário contendo informações necessárias para o acompanhamento das famílias no SCFV, posteriormente são organizados prontuários por participantes.</p> <p>Tal ação é de extrema importância para o fortalecimento dos vínculos, levantamento de estratégias de atendimento e encaminhamentos para os serviços e benefícios socioassistenciais.</p>
Periodicidade	Diário
Meta	O estudo social é realizado para os 360 participantes do SCFV.
Avaliação	<p>A avaliação é realizada através da participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e suas famílias nas atividades desenvolvidas e grupos de convivência, bem como através do acompanhamento realizado pela equipe técnica e encaminhamentos para a rede de proteção</p> <p>Destacamos que também é elaborado um documento para identificar o perfil das famílias atendidas no SCFV - CCII, que serve como instrumento para o planejamento de nossas ações e contribuição, articulação com outras políticas no micro território.</p>
Atividade 5	Visita domiciliar

<p>Descrição</p>	<p>A visita é uma estratégia para uma observação sistemática da realidade dos participantes do SCFV - CCII considerando a matricialidade familiar, contribuindo com maiores elementos para a equipe de trabalho que realiza o acompanhamento da família em uma visão ampla, considerando que as situações de risco e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias não se encerram na individualidade ou sanam nas atividades. Por isso as visitas são moldadas sobre a perspectiva do acompanhamento onde a captação de informações são mais evidentes do que no atendimento na unidade executora, assim contemplando novas estratégias para o desenvolvimento do participante do serviço em consonância com o Passo 3: Convivência social e familiar, que abrange as estratégias metodológicas como orientações que fortalecem as ações sociais e comunitárias, focando que a maioria de nossos participantes de enquadram no grupo prioritário.</p> <p>Vale destacar que a visita domiciliar também é um instrumental de extrema importância para fortalecimento dos vínculos, aproximação da realidade e tal ação é conduzida pela assistente social e psicólogo, para levantamento de estratégias de atendimento, encaminhamento para rede de proteção e vinculação com as famílias no processo de acompanhamento.</p> <p>Referência: SOMER, Diana G.; MOURA, Reidy R. de. Visita domiciliar, instrumento que potencializa a atuação do Assistente Social. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 123, abr 2014. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14704>. Acesso em 02 de novembro 2019.</p>
<p>Periodicidade</p>	<p>Semanal</p>
<p>Meta</p>	<p>Realizar Visita Domiciliar para os 360 participantes do CCII durante a execução desse plano.</p>

Avaliação	O processo de avaliação se dá através dos encaminhamentos realizado, registros nos prontuários, vinculação com os participantes e famílias e articulação com a rede socioassistencial.
Atividade 6	Orientações individuais
Descrição	<p>Um dos objetivos do SCFV é estimular o protagonismo, através do acesso à informação sobre direitos de cidadania, sendo assim, a equipe: Educadores, Serviço Social, Pedagogia, Psicologia realizam através do atendimento diário, orientações de cunho protetivo que visa compreender a singularidade de cada participante em seu contexto global e à partir delas trazer reflexões acerca do entendimento de cada caso, para a construção de vínculos e até mesmo de uma clareza no âmbito social e coletivo.</p> <p>Destacamos que o trabalho social desenvolvido no SCFV - CCII deve respeitar os eixos estabelecidos através das Orientações para o SCFV emitidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS: Eixo Convivência Social; Eixo direito de ser; Eixo participação.</p> <p>Com as crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e suas famílias as orientações acontecem diariamente através das atividades socioeducativas, no momento das refeições e em situações em que os educadores identificam demandas para orientações. Com as famílias, a equipe técnica realiza as orientações através dos atendimentos individuais, estudo social, visitas, dentre outros e todos com o objetivo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.</p>
Periodicidade	Diária

Meta	360
Avaliação	Tal processo se dá através da participação das crianças, adolescentes e famílias no SCFV - CCII. Protagonismo dos participantes do CCII em relação às ações e atividades, acompanhamento da equipe, formulários de avaliação preenchido pelos participantes e famílias, relatórios e registros como fonte de recurso para planejamento de nossas ações.
Atividade 7	Orientações grupais
Descrição	<p>Como dito anteriormente, os participantes do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida. O trabalho nos grupos, bem como as orientações necessárias são planejadas de forma coletiva, contando com a participação ativa do Pedagogo que é o técnico de referência dos educadores e sua atuação vem de encontro com a Resolução nº269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no qual compõem obrigatoriamente as equipes de referência no SCFV juntamente com profissionais do Serviço Social, Psicologia e Educadores.</p> <p>Partimos na questão da vivência social e coletiva, onde os grupos se distinguem entre si, porém com a identidade no contexto socioeducativo em âmbito a desenvolver questões e discutir temas com várias vertentes, além do estabelecimento de regras e combinados em grupo, que se estabelecem como orientações reflexões pertencentes ao grupo estabelecido, que podem ser de diversas formas como: faixa etária, gênero, homogêneo e até mesmo intergeracional. Sempre com a diretriz que contextualiza o Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver e Passo 3: Convivência social e familiar em relação a convivência social e o fortalecimento de vínculos.</p>

	As orientações grupais ocorrem através das atividades: Roda de Conversa, Atividades Socioeducativas e Grupos de convivência.
Periodicidade	Diária
Meta	As orientações grupais acontecem para as 360 crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias através das rodas de conversa diária, atividades socioeducativas e grupos de convivência.
Avaliação	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes e famílias e como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
Atividade 8	Atividades grupais de convívio
Descrição	No SCFV realizamos Grupos de Convivência, no qual ofertamos para as famílias e comunidades com o objetivo de prevenir as situações de risco social, fortalecer a convivência familiar e comunitária, assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, prevenir a institucionalização e a segregação de pessoas vulneráveis, promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecer a rede de proteção social nos territórios, promover acesso às demais políticas públicas, como Educação e Saúde, fazer com que os usuários reconheçam seus direitos e a importância de sua participação cidadã, possibilitar acesso à cultura, esporte, lazer e manifestações artísticas, e propiciar trocas de experiências intergeracionais, fortalecendo o respeito e a empatia entre todos conforme objetivos do SCFV conforme Resolução nº 01/2013.

	<p>De acordo com o Passo 3 das Estratégias Metodológicas do Progen - Convivência social e familiar: Procuramos através da realidade do território, desenvolver atividades que estimulem e fortaleçam os vínculos. Em relação aos Grupos de Convivência e Convivência com as famílias das crianças, adolescentes e jovens atendidas no SCFV – CCII.</p>
Periodicidade	Semanal
Meta	Realização de grupos de convivência para 360 participantes do CCII e suas famílias.
Avaliação	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias e como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
Atividade 9	Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural.
Descrição	<p>As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição que está presente no Passo 4 - Ações de Participação: Eventos, atividades culturais, comunitárias, participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário.</p> <p>Durante todo o processo de trabalho, através de todas as atividades, as crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e seus familiares são estimulados a participarem de espaços coletivos, comissões, foruns do município garantindo o acesso a direitos humanos, sociais e socioassistenciais. Também são promovidos junto com os participantes e seus</p>

	familiares festivais de música, dança, capoeira, onde será apresentado e potencializado todos os conhecimentos adquiridos durante o ano. Esses espaços são utilizados e garantidos para fortalecer o vínculo familiar e comunitario e socializar as potencias do território, além de propiciar o acesso a atividades culturais. Vale destacar que para a execução dessas ações comunitarias e festivais, contamos com a parceria da Associação Primavera e Instituto Robert Bosch.
Periodicidade	Diário
Meta	Atividades socio educativas para 360 participantes do CCII
Avaliação	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita a cada ação realizada.
Atividade 10	Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social.
Descrição	As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição e está presente no Passo 2 - Aprender a ser e conviver , estimulando a aprendizagem e a interiorização de valores, consciência crítica, princípios éticos, possibilitando o desenvolvimento do senso de colaboração, participação, despertando habilidades para fortalecer a cidadania e Passo 5 - Orientação para o Projeto de Vida , oportunizando aos participantes do CCII rever e sintetizar os conhecimentos e valores adquiridos ao longo do processo socioeducativo com o objetivo de promoção ao protagonismo, exercício a cidadania, autoconhecimento e projeto de vida. Nas atividades de roda de

conversa é possível dialogar e, refletir sobre as questões de ética, cultura, cidadania fortalecendo os vínculos e desenvolvendo o protagonismo social; **Artesanato** (O artesanato é utilizado para potencializar as variadas formas de comunicação e expressão, possibilitando um espaço coletivo, articulando a percepção; a imaginação; a emoção; a sensibilidade e a reflexão, ao realizar e fluir produções artística); **Capoeira** (A capoeira além de propiciar o movimento corporal, possibilita a apropriação cultural e o fortalecimento da identidade); **Atividades físicas, tais como: Zumba e Ginástica** (As atividades físicas em diferentes modalidades, com abordagens dinâmicas e recreativas, bem como algumas sugestões de cunho informativo, visando a melhora da qualidade de vida, o bem estar físico, social e emocional dos indivíduos); **Autocuidado** (A oficina de auto cuidado para além de propiciar os vínculos entre as participantes, possibilita o auto conhecimento, o respeito a si e ao outro, o fortalecimento da identidade e auto estima, o acesso a informações e orientações, visando o fortalecimento e a qualidade de vida das participantes) e **Culinária** (O espaço da culinaria garante aos participantes o acesso a receitas desconhecidas, a socialização do saber, de diversas culturas diferentes, possibilitando o acesso a memórias afetivas das participantes). **TEC - Trabalho, Educação e Cidadania** (Eleva a autoestima através do desenvolvimento de habilidades cognitivas; Valorizar a cultura e os saberes comunitários; Favorecer o desenvolvimento interpessoal, a compreensão e o respeito à diversidade e as relações comunitárias saudáveis; Ampliar a visão do adolescente sobre a diversidade de possibilidades e realidades do mercado de trabalho, para escolhas assertivas relacionadas a vida profissional; Conscientizar sobre a importância e contribuir com a construção do projeto de vida dos adolescentes); **Programando o Futuro** (Em parceria com a empresa Programmers: Promover o ensino de qualidade em desenvolvimento de sistemas eletrônicos como sites web e jogos digitais, além das técnicas para desenvolvimento de sistemas para adolescentes de 14 a 16 anos; Promover educação e cidadania por meio de atividades ligadas à programação de sistemas; Estimular a criatividade, autoestima e pensamento crítico dos jovens

	<p>por meio de atividades ligadas a desenvolvimento de sistemas; Colaborar com o conhecimento e prática da tecnologia contribuindo com a qualificação profissional para o mercado de trabalho; Promover visitas de cunho tecnológico/cultural visando a complementação dos atributos realizados no curso); Projeto COM.VOCÊ (Em parceria com o Instituto EPTV: Promovendo ações relacionadas ao audiovisual, trabalhando vínculos entre os participantes, autonomia, protagonismo, acesso e visitas na EPTV Campinas, desenvolvendo habilidades, conhecimentos tecnológicos como: oficinas de documentário, animação e jornalismo); Projeto Jovens Conectados (Em parceria com Fundação FEAC: Desenvolve o adolescente como cidadão de direito, estimulando o protagonismo, autonomia, ações no território a acesso a equipamentos públicos com o foco no fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários);</p> <p>As atividades são identificadas a partir da realidade do território, são utilizadas como meio para garantir o acesso das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos a informações relacionadas à ética, cultura, cidadania, fortalecimento do protagonismo social e fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.</p>
Periodicidade	Diário
Meta	Atividades socio educativas para 360 participantes do CCII.
Avaliação	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores de frequência, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.

<p>Atividade 11</p>	<p>Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação</p>
<p>Descrição</p>	<p>Conforme o Caderno de Orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, o desenvolvimento de ações, em tal serviço da Proteção Social Básica, que promovam o acesso à população atendida informações sobre seus direitos e as formas de acesso aos mesmos são essenciais para se garantir o “caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos participantes, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais” (Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pág. 8)</p> <p>O Projeto Gente Nova – Progen, tendo como diretriz os documentos acima citados e garantido em sua metodologia, à partir do Passo 1 – Aprender a ser Conviver; Passo 3 – Convivência Social e Familiar e Passo 4 – Ações de Participação: Atividades culturais, sociais, artísticas, lúdicas, esportivas, comunitárias, participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário; desenvolverá, no SCFV - CCII, junto ao público atendido e comunidade, ações que garantem a informação, tanto sobre os direitos, quanto sobre as formas para acesso a esses direitos; além de apresentar os meios que tal público poderá buscar/reclamar/solicitar caso esse acesso não seja garantido ou se tal acesso e atendimento não forem realizados de forma adequada e qualificada. As ações serão realizadas levando em consideração a faixa etária de cada grupo, visando, um maior entendimento de tais informações, estimulando, assim, o desenvolvimento do protagonismo e de competências para compreensão crítica da realidade; da autonomia e da participação da vida pública do território e município que residem. Sendo as ações à serem desenvolvidas: rodas de conversa, grupos de convivência, grupos de reflexão, atendimentos individuais e com grupo familiar; e grupo sociocomunitário.</p>

	<p>Referência:</p> <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PERGUNTAS FREQUENTES Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Página 8. 2015</p>
Periodicidade	Diário.
Meta	Acesso para todos os participantes do serviço e famílias sobre os seus direitos e as formas para o acesso e reclamação.
Avaliação	A avaliação é feita de forma quantitativa de acordo com o número de pessoas que passam a participar do controle social, acessando os meios de reclamação e também pelo número de acesso aos direitos, essas informações são recebidas através dos atendimentos presenciais, telefônicos e e-mail.
Atividade 12	Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias
Descrição	Um dos objetivos do SCFV é “Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária” (Página 11), de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), portanto pessoas com deficiência fazem parte do público prioritário, devendo estar incluída em atividades desenvolvidas em seu território, fortalecendo e ampliando o acesso aos seus direitos, como determina a LBI - Lei Brasileira de Inclusão, no CAPÍTULO VII, DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL, Art. 39. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.

Por sua vez, na Resolução CNAS nº 34/2011, o art. 4º, § 2º, afirma que a habilitação e reabilitação na assistência social se realiza por meio de programas, projetos, benefícios e pela oferta dos serviços socioassistenciais tipificados, entre os quais está o SCFV. As atividades desenvolvidas devem ser definidas e planejadas de acordo com a demanda, interesse e necessidade dos participantes e do território, respeitando suas limitações, **Passo 2 das Estratégias Metodológicas: Aprender a fazer e a conviver** ; essas atividades de interação e convívio, possibilita aos participantes uma relação igualitária e de descoberta de novas potencialidades.

O contato com esse público e o grupo familiar, deve ser feito de maneira acolhedora, estando claro para a equipe do serviço de atendimento que eles trazem consigo histórias de exclusão e discriminação, cabendo a cada profissional estar disponível para promover a transformação e a inclusão que necessitam, como determina as leis acima citadas.

Os riscos sociais são comuns a todos. Porém, quanto menor a capacidade de enfrentamento, maior a probabilidade de que a pessoa, em especial a com deficiência, vivencie situações de violação de direitos. As situações de extrema pobreza, o convívio em ambientes sem acessibilidade, a falta de assistência em saúde, a baixa escolaridade e a ausência de cuidados, ampliam as situações de dependência, dificultam a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência. A exclusão social é resultado de segregação e negligência, que impede que os indivíduos tenham participação em espaços de decisões e garantia de direitos. Portanto o processo de inclusão social, deve ir além do território em que as pessoas com deficiências estão inseridas, através do desenvolvimento de atividades de reflexão, orientação e conhecimento de seus direitos; essa Organização da Sociedade Civil tem como prática o incentivo a participação em Fóruns, Conselhos, Conferência, e possibilitando ao participante e ao grupo familiar espaço de participação.

Vale ressaltar que para que essa participação se efetive, é necessário que a OSC se articule com a rede de serviços do município, como citado no **Passo 6 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em**

	rede com as comunidades e rede de serviços , definindo estratégias coletivas para diminuição das violações de direitos.
Periodicidade	Diária
Meta	Oferta de atividades inclusivas e promover articulações junto às políticas que ampliem da independência e autonomia das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
Avaliação	As avaliações com os participantes acontecem a partir das atualizações dos prontuários, relatórios e acompanhamentos pedagógicos, além do acompanhamento de presença, participação nas atividades baseados no objetivo geral e específico do plano de trabalho. Além de reuniões mensais com os responsáveis, e avaliação anual através de instrumental da OSC, onde famílias e participantes apontam avanços ou questões a serem melhoradas pelo serviço.
Atividade 13	Atividades de inclusão à vida comunitárias e a participação social de pessoas com deficiência
Descrição	<p>As atividades de inclusão à vida comunitária e a participação de pessoas com deficiência acontecem em conformidade com o caderno de perguntas e respostas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que garante a prevenção da institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; esse processo acontece através de atividades diárias de socialização e culturais, onde o sujeito pode optar em qual atividade irá participar conforme seu interesse em conviver e desenvolver-se.</p> <p>Cabe a equipe da Organização da Sociedade Civil, realizar junto ao indivíduo, responsável legal, família e rede de atendimento, a discussão de caso da pessoa e deficiência identificada para melhor aproveitamento das atividades propostas.</p> <p>As atividades de inclusão e atendimento se baseiam no caderno de perguntas e respostas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos</p>

	<p>que diz: “considera-se público prioritário aqueles sujeitos que, em função da deficiência, vivenciam situação de vulnerabilidade”, além do artigo primeiro da Convenção de Direitos de pessoas com deficiência que orienta: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.</p> <p>Desenvolve-se então uma metodologia que alcance a inclusão plena com o grupo de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, a fim de garantir o envolvimento nas atividades, objetivando o fortalecimento de vínculos com a comunidade e acesso às atividades que proporcionem acessos de direito como o lazer, esportes, cultura e arte, conforme desejado e apontado pelo indivíduo.</p> <p>O processo da inclusão e realização de atividades com esse público também se pauta na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 buscando a garantia de acessibilidade, utilização com segurança e autonomia dos espaços ofertados pela OSC, possibilitando assim através de metodologias, estratégias e práticas a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.</p> <p>O Progen através das atividades diárias que oferta, proporciona ao indivíduo o envolvimento comunitário nas rodas de conversa que são realizadas com membros da comunidade a fim de garantir o processo de fala e escuta dos participantes, além de atividades que são desenvolvidas nos espaços públicos da comunidade como quadras, campos e praças.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Oferta de atividades de inclusão à vida comunitárias e a participação social das pessoas com deficiência.
Avaliação	As avaliações com os participantes acontecem a partir das atualizações dos prontuários, relatórios e acompanhamentos pedagógicos, além do acompanhamento de presença, participação nas atividades baseados no objetivo geral e específico do plano de trabalho.

	Além de reuniões mensais com os responsáveis, e avaliação anual através de instrumental da OSC, onde famílias e participantes apontam avanços ou questões a serem melhoradas pelo serviço.
Atividade 14	Encaminhamentos para a rede Socioassistencial.
Descrição	Os profissionais atuantes no SCFV, dentre suas funções tem a articulação dos setores que permitem a viabilização dos direitos, ou seja, encaminhamentos para a rede socioassistencial. Deste modo é necessário que o profissional entenda a dinamicidade desta rede para que além de encaminhar os usuários para acesso a bens e serviços, possa visualizar a realidade vivenciada por ela e fortalecer esta rede de proteção com estratégias coletivas para a diminuição de ocorrências de riscos sociais e seus agravamentos. Tal ação faz parte do passo 6: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.
Periodicidade	Diária
Meta	360 participantes do CCII
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefonico e contra-referenciamento.
Atividade 15	Encaminhamentos para serviços de políticas públicas

Descrição	Diante das vulnerabilidades e violações de direitos o trabalho do SCFV é de direcionar as demandas e encaminhá-las para os equipamentos públicos responsáveis. Seja qual for a demanda: educação, saúde, moradia e etc. A importância de fortalecer o usuário na construção e consolidação da autonomia faz-se necessário no trabalho da assistência, propiciando a integração do usuário e dos serviços de direitos. Tal ação faz parte do passo 5 - Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços
Periodicidade	Diária
Meta	Encaminhamentos para serviços de políticas públicas aos 360 participantes do CCII.
Avaliação	Articulação e elaboração de relatórios de encaminhamentos para a rede socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes - SGDCA; Devolutiva dos encaminhamentos pela rede e através dos participantes do CCII.
Atividade 16	Mobilização e articulação da rede Socioassistencial.
Descrição	Para o desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos é de suma importância o trabalho em rede. Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direitos, DAS/CREAS e serviços da comunidade tecendo um processo de educação integrado para concretizar o Plano de Trabalho, fortalecendo a rede de proteção, com estratégias coletivas para a diminuição da ocorrência de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência. De acordo com o Passo 5 das Estratégias Metodológicas do Progen: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços. Esta

	atividade se desenvolverá através de reuniões com a rede de proteção do micro território para discussões de casos, participações em reuniões no CMAS/CMDCA, com escolas, DAS/CRAS/CREAS, articulação com a rede e Sistema de Garantia de Direitos. Vinculação dos usuários no SIGM.
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Participação da rede socioassistencial de atuação.
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefonico e contra-referenciamento.
Atividade 17	Mobilização e fortalecimento de redes de apoio
Descrição	<p>O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nestes ambientes as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. Desta forma o trabalho visa fortalecer a rede de apoio do público atendido por compreendermos que uma rede fortalecida favorece na diminuição dos riscos sociais, seus agravamentos e possíveis reincidências.</p> <p>Esta atividade também faz parte do Passo 5 das Estratégias Metodológicas do Progen: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.</p>

Periodicidade	Diária
Meta	Mobilizar para fortalecer a rede de apoio das demandas apresentadas pelos 360 participantes do CCII
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através relatórios, contato telefônico e contrarreferenciamento.
Atividade 18	Participação em mobilizações sociais para a cidadania
Descrição	<p>O Progen acredita no fortalecimento dos equipamentos que compõem o microterritório, bem como entende que a consolidação das Organizações da Sociedade Civil é imperativo para a construção de uma democracia sólida e participativa. O grande desafio é como garantir o avanço e autonomia das organizações, a fim de potencializar suas capacidades propositivas na relação com o poder público e privado na defesa de garantia de Direitos, principalmente no atual cenário político.</p> <p>No que se refere às participações nos Conselhos (CMAS e CMDCA), temos participação ativa com representação em comissões e colegiados, entendendo ser de extrema importância essa participação, uma vez que nos permite acompanhar e avaliar a rede de Assistência Social, bem como construir diretrizes para o sistema no município, sendo assim, estivemos em parceria nas reflexões, debates, construção de políticas, participação em Grupos de trabalho, e Fórum de Usuários das Região Noroeste, Conferência da Criança e Adolescentes, Conferência Regional de Assistência Social e na articulação com as redes intersetoriais do território e microterritório pois é de extrema importância a articulação em rede no enfrentamento à violência contra a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às</p>

	famílias que estão em situação de vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência.
Periodicidade	Mensal
Meta	Estímulo à participação em mobilizações sociais do território.
Avaliação	Este processo envolve a participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos através do planejamento das ações, presença e formação de lideranças, utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
Atividade 19	Conhecimento e inserção no território
Descrição	<p>A partir da organização do SUAS, entendemos a base de ação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) como territorial. A importância dessa atuação está em consonância com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, já que pensar território é, necessariamente, pensar nos processos de vivenciar aquilo que é comum. Uma vez que, segundo Montero (2004), compartilhar o mesmo espaço não necessariamente desenvolve a comunidade no sentido de partilha, é nessa direção que pensamos nossa atuação no território: ocupando aquilo que é de espaço público, entendendo a importância de se fazer valer a identidade local.</p> <p>Assim, é através da oferta de atividades que consideramos os espaços públicos como elemento fundamental que pensamos o cotidiano do SCFV CCII. Seja em roda de conversa ou atividades de habilidades específicas, entende-se que a ocupação dos espaços é eixo norteador, já que nos utilizamos de praças, quadras e escolas das crianças e adolescentes para desenvolver atividades. Além disso, utiliza-se da articulação em rede para o diálogo e ocupação de</p>

outros ambientes em conjunto da rede de proteção, pois entendemos essa troca como elemento central de ação efetiva.

Para além das questões microterritoriais, também há de se fazer necessário a ocupação do território no que se refere ao direito à cidade. A promoção do direito à cidade é garantida em documentos oficiais da ONU (2008), quando afirma ser uma condição básica de moradia digna. Nas palavras de Milton Santos (2013) “trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna.

Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão” (p. 209). Para tanto, como prática de efetivação de um direito garantido, organizamos, por meio de parcerias, a vivência para as crianças e adolescentes em lugares ao longo da cidade que, além de possibilitar a ampliação de cultura a partir da participação nesses espaços, também proporciona que a cidade seja uma cidade que educa a partir do acesso.

Atividades externas são as principais ferramentas utilizadas nesse execução. Por fim, partindo do princípio da luta por direitos, entende-se como de extrema importância que nesse conhecimento e ocupação do território, também se concretiza os espaços adequados para enfrentamentos como Conferências, Conselhos, Fóruns e todas as instâncias onde se faz essencial a presença daqueles que de fato são usuários e usuárias dessa política. Promover essa participação através de rodas de conversa e de todo o dia a dia do Serviço é dever de nossas ações enquanto proposta de enfrentamento da realidade.

Entender o território, é enxergar o cotidiano de vida das pessoas para que se possa pensar em uma política que facilite esse processo, uma vez que falar de onde se ocupa é compreender as vulnerabilidades ou potencialidades que surgem a partir de um determinado contexto. ~

Referências:

	<p>Brasil. Política Nacional de Assistência Social (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília.</p> <p>Montero, Maritza. Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos. Editorial Paidós, v. 1, p. 5-144. Buenos Aires, 2004.</p> <p>Organização das Nações Unidas (2008). Promoção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.</p> <p>Santos, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. 2ª edição. Brasília: Edição Ulysses Guimarães, 2013.</p>
Periodicidade	Diária.
Meta	Conhecer e articular, desenvolver ações no território envolvendo a participação das 360 crianças, adolescentes, jovens e adultos e suas famílias.
Avaliação	A avaliação se dá a partir da participação das crianças e adolescentes no cotidiano do SCFV - CCII, bem como momentos de roda de conversa para a identificação das demandas e direcionamentos de propostas dos participantes. Ainda, contamos com instrumentais que possibilitam que sugestões e críticas sejam manifestas em relação à presente questão.
Atividade 20	Conhecimento e mapeamento de redes socioassistenciais
Descrição	<p>O processo de trabalho no território se dará com maior efetividade a partir do reconhecimento e mapeamento dos equipamentos socioassistenciais dentro do raio de atendimento de cada unidade executora, pois facilitará o encaminhamento e trabalho em conjunto com a finalidade do alcance das necessidades do território. O mapeamento dos equipamentos dar-se-á por meio da utilização de programas de georreferenciamento (SIG) já existentes (MOPS – Ministério da Cidadania, Mapa de Serviços – PMC) e por sistemas próprios e manipuláveis como o <i>Google Earth Pro</i> e <i>Google Maps</i>, baseado a partir de banco de dados oficiais (PMC, IBGE, dentre outros).</p>

	Para além do processo de mapeamento, o conhecimento da execução dos serviços pelos equipamentos que compõem a rede socioassistencial dará ao mesmo tempo do mapeamento da rede socioassistencial.
Periodicidade	Anual.
Meta	Mapeamento de todos equipamentos da rede socioassistencial dentro do microterritório de atuação da unidade executora.
Avaliação	A avaliação se dará pelo encaminhamento de demandas identificadas aos equipamentos que compõem a rede socioassistencial a partir do conhecimento e mapeamento dos mesmos. Além da atualização anual do mesmo.
Atividade 21	Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais
Descrição	<p>Dentre vários conceitos, Inojosa (2001), compreende a intersectorialidade como “a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”. Não obstante a este conceito, a materialização dessa articulação, dará por meio do encontro e discussões em grupos com a rede de atendimento Intersetorial das diversas políticas sociais de determinado território.</p> <p>O mapeamento do território será realizado de forma articulada com o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Satélite Iris e com a articulação de potenciais participantes de outras políticas públicas existentes no território, tendo em vista a importância do fortalecimento da rede intersectorial para a garantia de um mapeamento legítimo.</p>

	<p>Considerando os apontamentos da comissão de seleção, o conhecimento e o mapeamento acontecem anualmente, porém, não constava à época essa opção no PDC.</p> <p>Referência:</p> <p>Inojosa, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. <i>Cadernos FUNDAP</i> 2001; 22:102-110.</p>
Periodicidade	<i>Anual</i>
Meta	Participação como membro representativo da Rede Intersetorial a ser construída no territorial de atuação.
Avaliação	A avaliação se dará por meio da constituição da Rede Intersetorial e de sua participação.
Atividade 22	Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais
Descrição	<p>Participamos na articulação com as redes intersetoriais do território e micros territórios pois é de extrema importância a articulação em rede no enfrentamento a violência contra a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência.</p> <p>Destacamos que tal ação vai de encontro ao Passo 6 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços, visando integrar as políticas públicas de</p>

	direitos, fortalecendo a rede de proteção com estratégias coletivas para diminuição de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência.
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Participação e articulação nas redes intersetoriais do território e microterritório
Avaliação	A avaliação ocorre através da participação da equipe nos encontros intersetoriais, envolvimento e mobilização dos participantes e famílias no território e microterritório.
Atividade 23	Notificações de situação de violação de direitos
Descrição	<p>A notificação é o primeiro passo em direção ao rompimento do ciclo de violência ao qual crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos estão submetidos (Arpini, 2008). Segundo Sêda (1997), notificar é dar a alguém o comunicado; encaminhar um ato praticado que gera consequências jurídicas legais. Quando a notificação é realizada – e sustentada – a busca é pela resolução do problema vivido através de encaminhamentos, de forma que a sustentação dessa ação se dá através dos procedimentos envolvidos referentes ao como encaminhar, onde e para quê (Cadernos de Saúde Pública, 2008).</p> <p>A realização das notificações no SISNOV, se faz de suma importância, pois é uma das formas de contribuir para interromper o ciclo das violências, tal ação é realizada através do registro da notificação por meio eletrônico, que gera informações e indicadores. Tais indicadores contribuem no desenvolvimento de políticas específicas que reduzam os riscos e danos associados a estes tipos de violência. Outro Órgão de Notificação é o Conselho Tutelar, que nos casos de suspeita ou confirmação de violação de direitos da criança e/ou adolescente, é obrigatório sua notificação, contamos também com o Canal de Notificação do disque 100.</p> <p>Esta ação se encontra no Passo 6 das estratégias metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços. Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direitos.</p>

	<p>Cabe destacar que esta atividade não possui periodicidade definida, pois será realizada conforme identificação de suspeita e/ou confirmação dos casos de violação de direitos.</p> <p>Referência:</p> <p>Arpini, D. M.; Tanure, B.; Soares, E. O. C. A. (2008). A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. <i>Psicol. rev. (Belo Horizonte)</i>, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 95-111.</p> <p>Sêda, E. (1997). <i>XYZ do Conselho Tutelar</i>. São Paulo: IMESP.</p> <p>Cadernos de Saúde Pública, v.24, n.2, p.323-332, 2008. Retirado em 21 de outubro de 2016 de http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/6635 .</p>
Periodicidade	Sem periodicidade definida.
Meta	Notificar as situações de violação de direitos apresentas no serviço de todos os casos identificados pela equipe.
Avaliação	A avaliação das notificações das situações de violência, acontece conforme rompimento e/ou diminuição das situações de violações de direitos.
Atividade 24	Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos.
Descrição	<p>Tal atividade ocorre diariamente através das ações de acolhida diária, atividades em grupos, atividades socioeducativas, uma vez que o SCFV é, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social. No Sistema Único de Assistência Social temos como diretriz a Matricialidade Sociofamiliar que se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. Desta forma, podemos destacar em nossas ações o Passo 3: Convivência social e familiar: Visando o acompanhamento de</p>

	famílias, através de atendimentos individuais e grupais, visita domiciliares, escuta qualificada, observando as demandas trazidas em atividades e ações comunitárias, identificando situações de privações, desproteção e violação de direitos para encaminhamentos a rede de proteção.
Periodicidade	Diária
Meta	Identificar as situações prioritárias em relação aos dos 360 participantes do CCII.
Avaliação	A avaliação se dará à partir da escuta qualificada, dos relatos, relatórios, prontuários e lista de presença e participação nas atividades.
Atividade 25	Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho
Descrição	As atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas a promoção da integração ao mundo do trabalho, podem ocorrer indiretamente dentro das atividades ofertadas pelos educadores, que tem por finalidade o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Porém, em contrapartida, no decorrer das mesmas os participantes podem descobrir/despertar habilidades nas quais possam criar formas de geração de renda. Conforme o 5º passo das estratégias metodológicas , além destas ações também é trabalhado com o público de adolescentes no que se refere a orientação para Projeto de Vida nas atividades desenvolvidas pelo Progen ou por parcerias. Oportunidade do adolescente e jovem rever e sintetizar os conhecimentos e valores adquiridos ao longo de todo processo socioeducativo. Para esta ação o Progen conta com a parceria do Instituto EPTV, com projeto Com.Você, com a Empresa Programmer's, com projeto Programando o Futuro: Lógica e Programação.

Periodicidade	Diária.
Meta	Adolescentes da faixa etária de 15 a 24 anos atendidos no CCII.
Avaliação	<p>A avaliação é contínua durante o ano, momento este que é possível rever se a metodologia aplicada está atingindo os objetivos, para tanto serão utilizados as listas de presença das atividades, avaliando o número de participantes que frequentam, observando a dinâmica de participações, inclusão e desligamento das atividades. Ao término, será realizada a avaliação com os participantes sobre a atividade desenvolvida no dia.</p> <p>Além das avaliações diárias a OSC também aplica avaliação anual aos participantes, os quais avaliam tanto as atividades desenvolvidas pelo Progen como em conjunto com às parcerias.</p>
Atividade 26	Outras atividades – Supervisão
Descrição	A supervisão profissional é um processo de intervenção trazendo conhecimentos, posturas éticas, teorias, metodologias, ações, resultados, e crescimento profissional. No SCFV é de extrema importância tal ação, uma vez que a equipe multidisciplinar atua com diferentes faixas etárias e com questões de vulnerabilidades e situações complexas.
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.

Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.
------------------	--

Atividade 27	Outras atividades - Relatório Técnico Multidisciplinar
Descrição	Ferramenta de gestão fundamental para registrar e avaliar as atividades desenvolvidas mensalmente nas unidades do Progen.
Periodicidade	Mensal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

Atividade 28	Outras atividades - Formação continuada para equipes
Descrição	Possui intuito de qualificar as equipes de trabalho e discutir questões fundamentais para o atendimento e acompanhamento das crianças, adolescentes e famílias dos territórios. Definem-se em encontros temáticos de acordo com as demandas apresentadas no cotidiano, para compartilhar experiências, dividir conhecimentos e pensar sobre questões fundamentais do trabalho na Proteção Social Básica e estratégias de atuação, refletindo num

	atendimento ético e de qualidade para os participantes do SCFV e suas famílias.
Periodicidade	Mensal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.
Atividade 29	Outras atividades - Planejamento das atividades socioeducativas
Descrição	Atividade mensal, realizada com a participação de toda equipe envolvendo a participação das crianças, adolescentes e famílias, com objetivo de desenvolver atividades estimulando o protagonismo dos participantes do serviço, acesso ao direitos de cidadania e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destacamos que através desta ação é possível avaliar as ações e atividades desenvolvidas no SCFV.
Periodicidade	Mensal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

Atividade 30	Outras atividades – Quadro de Profissionais
Descrição	01 coordenadora geral - 05 horas, 01 coordenadora técnica - 20 horas, 01 coordenador administrativo 05 horas, 01 auxiliar administrativo 20 horas, 01 assistente social 30 horas, 01 psicólogo 20 horas, 01 pedagogo 20 horas, 05 educadores sociais 40 horas, 01 educador 40 horas, 01 auxiliar de serviços gerais 40 horas, 01 cozinheira 20 horas, 01 auxiliar de cozinha 40 horas.
Periodicidade	Semanal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

7. ARTICULAÇÃO EM REDE

Identificação do parceiro com o qual manterá articulação (serviços, programas, órgãos, instituições)	Descrição do tipo de articulação (encaminhamento, reunião, atividade conjunta, etc)
Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos	Parceiro na execução, em regime de mútua cooperação para execução de Serviços de Proteção Social Básica no Município de Campinas.

<p>CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social</p>	<p>Parceria nas reflexões, debates e construção de políticas, participação em Grupo de Trabalho e comissões.</p>
<p>CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</p>	<p>Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas; FMDCA; Participação nos editais de Termo de Fomento.</p>
<p>CMI - Conselho Municipal do Idoso</p>	<p>Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas.</p>
<p>CMJ - Conselho Municipal da Juventude</p>	<p>Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas.</p>
<p>Conselho Tutelar</p>	<p>Parceria / Articulação e estratégia na efetivação, garantia de direitos as crianças e adolescentes.</p>
<p>CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – SATÉLITE IRIS</p>	<p>Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamento e contrarreferenciamento.</p>
<p>Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Noroeste</p>	<p>Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamento e contrarreferenciamento.</p>

Banco de Alimentos / CEASA	Doação de alimentos e acompanhamento com nutricionista.
SANASA	Concessão de benefício tarifário à Organização da Sociedade Civil em cumprimento a Lei Municipal 7577/93.
Fundação FEAC	Parceiro que promove assessoramento técnico e realiza aporte financeiro/técnico à execução de projetos e dos serviços de forma complementar.
Instituto Robert Bosch	Desenvolvimento de ações, projetos culturais de incentivo a cidadania através de atividades culturais no território.
Associação Primavera Alemanha	Parceria para a execução de ações socioculturais, estimulando o protagonismo dos participantes do SCFV no território através das atividades socioeducativas e rodas culturais.
Instituto EPTV	Oferta o curso de Comunicação Audiovisual “Projeto COM.VOCÊ”; Promove a educação e cidadania por meio de atividades ligadas à área de comunicação.
Programmers Beyond	Curso de Lógica e Programação. Promove o ensino de qualidade em desenvolvimento de sistemas eletrônicos como sites web e jogos digitais, além das técnicas para desenvolvimento de sistemas para adolescentes.

SESC - Programa Mesa Brasil	Doação de alimentos e capacitação das equipes.
Serviços Socioassistenciais OG e OSC (PSB / PSE. Média e Alta Complexidade)	Referenciamento e contrarreferenciamento; discussão de caso.
Centro de Saúde Satélite Iris e Ipaussurama	Articulação de ações no microterritório, discussão de casos, parceria em atividades e ações na comunidade.

**8. RECURSOS HUMANOS (EQUIPE DE REFERENCIA MINIMA E OUTROS
PROFISSIONAS QUE ATUAM NO SERVIÇO – SE HOVER)**

NOME DO PROFISSIONAL	ESCOLARIDADE / FORMAÇÃO	CARGO OU FUNÇÃO NO SERVIÇO	CARGA HORÁRIA SEMANAL NO SERVIÇO	FORMA DE CONTRATAÇÃO
Izabel Cristina Santos de Almeida	Superior completo/ Serviço Social	Coordenadora Geral	05 horas	CLT
Amanda Maira do Carmo	Superior completo/ Serviço Social	Coordenadora Técnica	20 horas	CLT
Andria Porfirio do Nascimento	Superior Cursando/ Publicidade e Propaganda	Coordenadora Administrativo	05 horas	CLT
Aline Maria Alves	Superior completo/ Pedagogia	Pedagoga	20 horas	CLT
Thayna Visoto Dias	Superior completo/ Psicologia	Psicólogo	20 horas	CLT
Anidelândia S. Lima	Ensino Fundamental completo	Cozinheiro	20 horas	CLT
Marina Diomedeira	Superior completo/ Serviço Social	Assistente Social	30 horas	CLT
Paloma Lopes Casarini	Superior completo/ Serviço Social	Assistente Social	30 horas	CLT
Renan Franco José	Superior incompleto / Educação Física	Educador	40 horas	CLT
Jaqueline P. dos Santos	Superior completo/ Pedagogia	Educador Social	40 horas	CLT
Viviane de Lima Perensin	Superior completo/ Pedagogia	Educador Social	40 horas	CLT
Maria Cícera F. Silva	Ensino Fundamental incompleto	Auxiliar de cozinha	40 horas	CLT
A contratar	Ensino Médio incompleto	Auxiliar de Cozinha	40 horas	CLT
Monique C. Peppi	Ensino Médio Completo	Auxiliar de Administrativo	20 horas	CLT
Marineuda Jairi Felix	Ensino Fundamental incompleto	Auxiliar de Serviços gerais	40 horas	CLT
A contratar	Ensino médio completo	Educador	30 horas	CLT
Thifany C. Pinheiro Francisco	Superior incompleto/ Pedagogia	Educador	40 horas	CLT

9. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

MUNICIPAL

Despesa	Item de Despesa	Quantidade	Valor (R\$)
FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE SOCIAL	2	78247.00
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	10766.94
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE COZINHA	2	33784.47
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1	15894.12
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	6184.20
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR GERAL	1	15095.85
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR TÉCNICO	1	28560.63
FOLHA DE PAGAMENTO	COZINHEIRA	1	10585.87
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR	03	63598.05
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR SOCIAL	2	56160.48
FOLHA DE PAGAMENTO	PEDAGOGO	1	28296.61
FOLHA DE PAGAMENTO	PSICÓLOGO	1	26233.79
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	1	23117.14
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO CRECHE	1	2847.84
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO TRANSPORTE	1	19392.96
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	CONVÊNIO MÉDICO	1	34278.27
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. A PROVISÃO 13º SALÁRIO	1	37554.98
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. PROVISÃO 1/3 FÉRIAS	1	12724.84
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	FGTS	1	39701.51
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	IMPOSTO DE RENDA	1	20964.84
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	INSS	1	82496.18

PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	SEGURO DE VIDA	1	1652.52
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1	6429.45
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1	10585.69
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1	6429.45
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	1	28000.00

Total: R\$ 699.583,68

10. Cronograma de desembolso

Parcela	Mês/Ano Previsto	Valor (R\$)	Fonte de Recurso
1	04/2020	58298.64	MUNICIPAL
2	05/2020	58298.64	MUNICIPAL
3	06/2020	58298.64	MUNICIPAL
4	07/2020	58298.64	MUNICIPAL
5	08/2020	58298.64	MUNICIPAL
6	09/2020	58298.64	MUNICIPAL
7	10/2020	58298.64	MUNICIPAL
8	11/2020	58298.64	MUNICIPAL
9	12/2020	58298.64	MUNICIPAL
10	01/2021	58298.64	MUNICIPAL
11	02/2021	58298.64	MUNICIPAL
12	03/2021	58298.64	MUNICIPAL

CAMPINAS, 23 DE JANEIRO DE 2020.


 AMANDA MAIRA DO CARMO
 COORD. TÉCNICO


 SONIA SCHEFFER OLIVEIRA
 DIRETORA-PRESIDENTE